



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

REGULAMENTO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO – FUNDEPAR-ES

CAPÍTULO I

DO FUNDO

Art. 1.º O Fundo de Desenvolvimento e Participação do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES, criado por meio da Lei Estadual n.º 9.905, de 11 de setembro de 2012, regido por esta Lei e pelo presente Regulamento e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, é constituído por prazo indeterminado.

§ 1.º O FUNDEPAR-ES, de natureza privada, tem patrimônio próprio separado do patrimônio do Estado do Espírito Santo, com seus direitos e obrigações próprios.

§ 2.º O FUNDEPAR-ES tem por finalidade o apoio financeiro a projetos de investimentos e programas prioritários para o desenvolvimento econômico do Estado do Espírito Santo.

§ 3.º São considerados como prioritários para fins de apoio financeiro pelo FUNDEPAR-ES os empreendimentos estratégicos, caracterizados por possuírem inter-relações setoriais fortes, capazes de estimular o surgimento de ampla e diversificada rede de fornecedores de bens e serviços na economia estadual, ou por pertencerem a segmentos de alta intensidade tecnológica com efeitos relevantes para a disseminação de inovações para as demais atividades econômicas.

§ 4.º O patrimônio do FUNDEPAR-ES será formado pelo aporte dos recursos previstos nos incisos I a VI do artigo 2º da Lei Estadual n.º 9.905, de 11 de setembro de 2012, e pelos rendimentos decorrentes de sua operacionalização.

§ 5.º O Banco Operador e o Estado do Espírito Santo não respondem por obrigações decorrentes da atuação do FUNDEPAR-ES, respondendo o último apenas pela integralização das cotas que subscrever.

§ 6.º A liquidação do FUNDEPAR-ES será deliberada pelo Conselho Gestor, sendo seu patrimônio entregue ao Estado do Espírito Santo ou destinado à aumento de capital social do BANDES, com base na situação patrimonial na data da dissolução.

§ 7.º O FUNDEPAR-ES poderá contrair financiamentos, nos termos e condições aprovados pelo Conselho Gestor.

§ 8.º O Estado do Espírito Santo é o único cotista do FUNDEPAR-ES.

CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2.º O FUNDEPAR-ES será administrado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES, doravante designado, simplesmente, Banco Operador, competindo-lhe:

I - A prestação de serviços técnicos necessários à sua operacionalização, incluindo-se nestes serviços a análise de projetos e o acompanhamento da implantação dos mesmos;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

- II – A aprovação de operações de crédito de financiamentos de médio prazo, pelas suas instâncias decisórias;
- III - A cobrança administrativa dos créditos do FUNDEPAR;
- IV - A função de secretaria executiva do fundo;
- V - A administração dos títulos e valores mobiliários pertencentes ao FUNDEPAR, inclusive o exercício dos direitos inerentes a esses ativos e a representação junto às sociedades anônimas beneficiárias;
- VI – A representação judicial e extrajudicial do Fundo.

Art. 3.º Fica o Banco Operador autorizado a realizar todas as operações e a praticar todos os atos relacionados com o objeto do FUNDEPAR-ES, bem como exercer todos os direitos inerentes à propriedade dos bens e direitos integrantes do patrimônio do FUNDEPAR-ES, inclusive de ações, recursos e exceções, podendo abrir e movimentar contas bancárias, adquirir e alienar livremente títulos ou quaisquer outros bens e direitos pertencentes ao FUNDEPAR-ES, bem como transigir, observados este Regulamento e as deliberações do Conselho Gestor.

Art. 4.º Constituem obrigações do Banco Operador:

- I) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, os documentos do FUNDEPAR-ES;
- II) representar o FUNDEPAR-ES na formalização dos instrumentos de apoio financeiro com as companhias beneficiárias, em suas diversas modalidades;
- III) representar o FUNDEPAR-ES nas assembleias gerais das companhias beneficiárias, podendo deliberar e votar sobre os assuntos da pauta;
- IV) firmar em nome do FUNDEPAR-ES Acordos de Acionistas junto às Companhias beneficiárias, visando resguardar os interesses do Fundo;
- V) realizar procedimento para rescisão do apoio financeiro, nas hipóteses previstas nos incisos I a III, do art. 15 da Lei 9.905 de 11 de setembro de 2012;
- VI) receber rendimentos ou quaisquer valores devidos ao FUNDEPAR-ES, repassando-os ao Fundo;
- VII) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do FUNDEPAR-ES, inclusive os direitos de subscrição e alienação de ações e outros valores mobiliários, com observância do previsto neste Regulamento, empregando na defesa de seus direitos a diligência exigida pelas circunstâncias e praticando todos os atos necessários a assegurá-los, judicial ou extrajudicialmente;
- VIII) manter custodiados em instituição prestadora de serviços de custódia os títulos e valores mobiliários do FUNDEPAR-ES, quando for o caso;
- IX) manter o Conselho Gestor tempestivamente informado acerca de qualquer ato ou fato relevante relativo ao FUNDEPAR-ES e suas operações, inclusive no que tange a propositura de demandas judiciais contra o FUNDEPAR-ES;
- X) manter à disposição do Conselho Gestor, em sua sede, informações sobre demandas judiciais que envolvam o FUNDEPAR-ES;
- XI) efetuar os lançamentos contábeis, elaborar balancetes mensais do FUNDEPAR-ES e preparar, anualmente, suas demonstrações financeiras;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

- XII) contratar auditores independentes para auditar as contas do FUNDEPAR-ES, com a consequente emissão de parecer anualmente;
- XIII) divulgar em seu sítio oficial na *internet*, anualmente, no prazo de até 90 (noventa) dias do encerramento do exercício social as demonstrações financeiras do FUNDEPAR-ES e o parecer do auditor independente;
- XIV) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento, do Contrato de Investimento, quaisquer outros instrumentos relativos ao FUNDEPAR-ES e da legislação em vigor.

CAPÍTULO III
DA GESTÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Art. 5º. A gestão financeira dos recursos do FUNDEPAR-ES será realizada pelo Banco Operador. Os recursos financeiros do Fundo, enquanto não aplicados, serão remunerados pelo Banco Operador mediante a aplicação de taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.

CAPÍTULO IV
DO APOIO FINANCEIRO

Art. 6º. Os recursos do FUNDEPAR serão aplicados segundo as seguintes modalidades:

- I) Participação acionária e subscrição de debêntures, conversíveis ou não em ações, de empresas privadas e governamentais;
- II) Aquisição ou subscrição de títulos ou cotas de participação de empreendimentos, de acordo com a legislação pertinente;
- III) Concessão de financiamentos de médio e longo prazo para empresas privadas;
- IV) Pré-investimentos, sob a forma de estudos, projetos e pesquisas de interesse para o desenvolvimento estadual.

Parágrafo único. Os recursos do FUNDEPAR poderão ser destinados para o aumento do capital social do BANDES, a fim de assegurar a elevação de seus limites operacionais.

Art. 7º. O FUNDEPAR-ES poderá apoiar direta ou indiretamente empreendimentos no âmbito estadual, desde que apresentem interesse para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Espírito Santo.

- I) Os beneficiários do apoio financeiro do FUNDEPAR-ES, nas modalidades previstas nos incisos I e II do art. 6º, são:
 - a. Sociedades Anônimas de Direito Privado, com domicílio fiscal no Estado do Espírito Santo, por apoio direto;
 - b. Fundos de Investimentos, devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários, por apoio indireto.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

II) Os tipos de investimentos são:

- a. Ações preferenciais resgatáveis, ações ordinárias resgatáveis e outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, de empresas brasileiras com domicílio fiscal no Estado do Espírito Santo. As ações ordinárias resgatáveis poderão representar até 10% (dez por cento) do total de ações subscritas pelo FUNDEPAR-ES.
- b. Cotas de Fundos de Investimentos.

III) Ficam estabelecidos os seguintes limites para os investimentos do FUNDEPAR-ES:

- a. Para apoio indireto, o limite máximo de compromisso e investimento feito pela FUNDEPAR-ES em Fundos de Investimentos será de até 25% do Patrimônio Líquido do FUNDEPAR-ES;
- b. Para apoio direto, o FUNDEPAR-ES participará preferencialmente como acionista minoritário em cada Companhia beneficiária, sendo que não poderá deter mais do que 49% (quarenta e nove por cento) do capital social de qualquer Companhia, exceto se definido de outra forma pelo Conselho Gestor, em deliberação específica;
- c. O prazo de investimento será de, no máximo, 20 (vinte) anos contados da data de integralização dos valores.

Art. 8º. No caso de apoio indireto, por meio de Fundos Regulamentados pela CVM, deverá ser garantido pelo Fundo de Investimento:

- I) Alocação superior ao valor aportado pelo FUNDEPAR-ES em empresas com domicílio fiscal no Estado do Espírito Santo;
- II) Participação permanente de representante do FUNDEPAR-ES no Comitê de Investimentos;
- III) Aplicação do valor proporcional às quotas do FUNDEPAR-ES, do portfólio flutuante, exclusivamente em títulos públicos ou Fundos lastreados nestes papéis.

Art. 9º. Não poderá receber apoio financeiro do FUNDEPAR-ES a pessoa jurídica:

- a) Em situação de irregularidade fiscal junto à Fazenda Pública Estadual e com relação a contribuições previdenciárias – INSS e contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- b) Contra a qual esteja em curso processo judicial que, a critério do FUNDEPAR-ES, possa comprometer a viabilidade do empreendimento;
- c) Cuja ficha cadastral registrar inadimplemento contumaz ou restrições à sua idoneidade e a de seus controladores e seus administradores;
- d) Em relação à qual estiver em curso processo de falência;
- e) Quando os titulares do controle direto ou indireto da postulante que devam intervir na operação se enquadrem nas restrições deste parágrafo; ou
- f) Que não esteja em dia com suas obrigações perante os órgãos de controle ambiental.



Parágrafo único. É vedada a aplicação de recursos do FUNDEPAR-ES em empresas nas quais participem, direta ou indiretamente, os membros do Conselho Gestor com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total, bem como seus parentes até o 2º grau, consanguíneos e afins, em linha reta e colateral.

Art. 10º. Das condições de liquidez da companhia beneficiária:

- a) Na aquisição de títulos mobiliários, deverá ser sempre buscada a formalização estatutária que siga as melhores práticas de governança corporativa;
- b) Deverá ser objeto do Estatuto Social e Acordos de Acionistas das Companhias beneficiárias, quando couber, cláusulas que aumentem as condições de liquidez das operações, como Criação de Fundo de Resgate, Previsão de Recompra, *Drag Along*, *Tag Along* e Direito de Oferta, bem como assegurem a permanência dos Acionistas-Chave na Companhia.

Seção I – Da Participação Acionária

Art. 11. A modalidade de participação acionária direta será realizada mediante subscrição de ações ordinárias resgatáveis e ações preferenciais resgatáveis da Companhia beneficiária e deverão ter as seguintes características:

- I) O Valor referência para a emissão das ações da companhia, a critério exclusivo do FUNDEPAR/ES, será um dos seguintes: cotação média do último dia em que foram negociados, na hipótese de ações cotadas em Bolsa; valor patrimonial da ação; valor econômico da companhia;
- II) Recebimento de dividendos referentes às ações preferenciais resgatáveis no mínimo 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias;
- III) Participação integral das ações preferenciais resgatáveis nos resultados da Companhia em igualdade de condições com as ações ordinárias, abrangendo os lucros remanescentes, bem como a distribuição de novas ações decorrentes de aumentos de capital;
- IV) Recebimento integral de dividendos mencionados nos itens II e III distribuídos no exercício em que forem emitidas, independentemente da data de emissão;
- V) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia;
- VI) Resgate das ações preferenciais resgatáveis e das ações ordinárias resgatáveis em datas e condições gerais estabelecidas no instrumento formalizador do apoio financeiro e no estatuto social da companhia;
- VII) O valor de referência para resgate ou alienação das ações observará a regra estabelecida no inciso I deste artigo;
- VIII) O resgate das ações ocorrerá sem a redução do capital social da Companhia;
- IX) Para fins exclusivos de resgate das ações ou pagamento de dividendos a que estas fizerem jus, a Companhia deverá constituir Reserva de Resgate das Ações Preferenciais e Ordinárias ou Pagamento de Dividendos.
- X) Resgate antecipado e integral de todas as ações resgatáveis de propriedade do FUNDEPAR-ES, pelo valor previsto no item VII, no caso de decisão do Conselho



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

Gestor pela rescisão do apoio financeiro à Companhia em razão da ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art.15 da Lei 9.905, de 11 de setembro de 2012.

Parágrafo único. Os direitos referentes ao exercício do direito de voto, inclusive quanto à eleição de administradores e membros de Conselho Fiscal, direito de veto, condições de venda das ações, bem como outros direito de interesse do FUNDEPAR-ES, serão objeto de Acordo de Acionistas, a ser firmado pelo Banco Operador junto às Companhias beneficiárias, no momento da formalização do apoio financeiro.

Art. 12. O FUNDEPAR-ES deverá priorizar princípios básicos de responsabilidade social, ambiental, ética e de governança corporativa nas Companhias beneficiárias, visando atender aos melhores padrões de operação e desenvolvimento exigidos legalmente em suas atividades.

Parágrafo único. A Companhia beneficiária deverá, obrigatoriamente, proceder à auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

Seção II – Do Financiamento de Longo Prazo

Art. 13. As condições gerais do apoio financeiro, nas modalidades de financiamento e de debêntures, conversíveis ou não em ações, serão as seguintes:

- I) Prazo de carência de até 10(dez) anos e prazo de amortização de até 10 (dez) anos;
- II) Taxa de juros limitada à taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. O Conselho Gestor, por meio de resolução, poderá alterar as condições estabelecidas neste artigo com o objetivo de estabelecer critérios diferenciados para empreendimentos cujas características especiais atendam em sentido pleno os objetivos da diversificação, desenvolvimento regionalmente equilibrado do Estado.

Art. 14. O Conselho Gestor poderá aprovar apoio financeiro para investimentos incrementais destinados a reforço de capital de giro na fase de operação do empreendimento, tendo como referência as condições mencionadas no art. 13, e considerando o horizonte de tempo de até 15 (quinze) anos a partir da implantação do projeto.

Parágrafo único. Para as operações de apoio financeiro previstas neste artigo o Conselho Gestor, por meio de resolução, deverá aprovar a constituição de uma subconta específica do FUNDEPAR-ES, que receberá recursos conforme dotação específica prevista no Orçamento do Estado.

Art. 15. Os contratos de financiamentos com recursos do FUNDEPAR-ES destinados a projetos estratégicos de longo prazo, cujos prazos de carência e amortização somados alcancem 20 (vinte) anos, conforme definido nos artigos 13 e 14, poderão ser



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

periodicamente objeto de oferta pública, visando à liquidação antecipada dos mesmos, nas seguintes condições:

- I) Os contratos de financiamento poderão ser cedidos mediante a realização de leilões pelo Banco Operador, observado o valor mínimo para pagamento em moeda corrente equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) dos saldos devedores dos contratos apurados na data do leilão;
- II) Poderão ser ofertados nos leilões os contratos de financiamentos cujos projetos já estiverem totalmente concluídos e implantados;
- III) Os leilões de contratos de financiamentos serão realizados por funcionário do Banco operador especificamente designado, mediante divulgação prévia de edital;
- IV) Os contratos arrematados serão pagos à vista ou no percentual estabelecido no edital, não inferior a 5% (cinco por cento) do valor do lance e, após a assinatura da respectiva ata lavrada no local do leilão, imediatamente entregues ao arrematante, o qual se obrigará ao pagamento do restante no prazo estipulado no edital de convocação, sob pena de perder em favor do Banco Operador o valor já recolhido.

Parágrafo único. O Banco Operador será remunerado com comissão de 1% (um por cento) do montante líquido apurado no respectivo leilão.

Seção III – Do Financiamento de Médio Prazo

Art. 16. As condições dos financiamentos de médio prazo do FUNDEPAR-ES, respeitados os parâmetros definidos na legislação do Fundo e neste Regulamento, serão elaboradas pelo Banco Operador conforme as necessidades do mercado e submetidos ao Conselho Gestor para aprovação.

Art. 17. O Conselho Gestor poderá definir taxas de juros diferenciadas para o financiamento de médio prazo, por região ou setor, visando o incremento das atividades.

Art. 18. Os financiamentos de médio prazo terão prazo total de até 10 anos, contemplados prazos de carência e amortização, que serão definidos no momento da análise de cada projeto, conforme a necessidade e características do investimento.

CAPÍTULO V **DA REMUNERAÇÃO DO BANCO OPERADOR**

Art. 19. O Banco Operador receberá, pelos serviços de administração e gestão do FUNDEPAR-ES, Taxa de Administração de 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento) ao ano, apurada mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior.



CAPÍTULO VI DO CONSELHO GESTOR DO FUNDEPAR-ES

Art. 20. Compete privativamente ao Conselho Gestor, em Assembleia Geral:

- I - examinar, anualmente, as contas relativas ao FUNDEPAR-ES, deliberar e aprovar as demonstrações financeiras apresentadas pelo Banco Operador;
- II - estabelecer as normas, prioridades e diretrizes para a aplicação dos recursos do FUNDEPAR-ES;
- III - acompanhar e avaliar o desempenho do FUNDEPAR-ES;
- IV – alterar o Regulamento do FUNDEPAR-ES;
- V – deliberar sobre:
 - b) enquadramento do projeto ou plano de investimento apresentado ao Banco Operador e concessão do apoio financeiro, nas modalidades de participação acionária e financiamento de longo prazo;
 - c) rescisão do apoio financeiro, em decisão irrecorrível, nas hipóteses previstas nos incisos I a III do art. 15 da Lei 9.905, de 11 de setembro de 2012;
 - d) fusão, incorporação, cisão, transformação ou liquidação do FUNDEPAR-ES;
 - e) constituição de subcontas com destinações específicas;
 - f) emissão e subscrição de cotas;
- VI - exercer outras atribuições necessárias ao desempenho de sua competência.

Art. 21. O Conselho Gestor reunir-se-á com quorum mínimo de 2/3 (dois terços) de sua composição, sendo as decisões tomadas por maioria de votos dos presentes.

Parágrafo único. As decisões do Conselho Gestor serão expressas por Resoluções, arquivadas em ordem sequencial no Banco Operador.

Art. 22. As assembleias do Conselho Gestor serão convocadas por seu Coordenador ou pelo Banco Operador, mediante distribuição da pauta e das matérias objeto de discussão:

- I – ordinariamente, no primeiro trimestre de cada ano, para apreciação da prestação de contas do FUNDEPAR-ES e aprovação das demonstrações financeiras;
- II – extraordinariamente, sempre que necessária para atendimento dos interesses e objetivos do FUNDEPAR-ES.

Art. 23. A Secretaria do Conselho Gestor será exercida pelo Banco Operador, cuja atuação implica em:

- I – preparar e distribuir as pautas das assembleias, com os respectivos documentos;
- II – secretariar as reuniões, lavrando as respectivas atas;
- III – manter em arquivo os livros e documentos do FUNDEPAR-ES, bem como as atas e resoluções do Conselho Gestor;
- IV – atender os requerimentos de informações do Coordenador e dos demais membros do Conselho Gestor;
- V – acompanhar e avaliar o desempenho do FUNDEPAR-ES, para conhecimento do Conselho Gestor;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

VI – elaborar relatório sobre o desempenho do FUNDEPAR-ES para apreciação do Conselho Gestor;

VII – proporcionar apoio técnico e administrativo ao Conselho Gestor.

Parágrafo único. Os pedidos de informações de terceiros serão respondidos pelo Coordenador ou por quem este designar.

CAPÍTULO VII
DOS ENCARGOS E DESPESAS DO FUNDEPAR-ES

Art. 24. Constituirão encargos do FUNDEPAR-ES, a serem debitados pelo Banco Operador, as seguintes despesas:

I – remuneração do Banco Operador;

II – taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas que recaiam ou vierem a recair sobre bens, direitos e obrigações que compõem o patrimônio do FUNDEPAR-ES;

III – honorários e despesas de auditoria independente, consultorias, perícias e avaliações de interesse do FUNDEPAR-ES,

IV – comissões, emolumentos e quaisquer outras despesas relativas às operações com ativos imobiliários ou mobiliários efetuados em nome ou para benefício do FUNDEPAR-ES;

V – honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDEPAR-ES, judicial ou extrajudicialmente, inclusive o valor de condenação eventualmente imputada ao FUNDEPAR-ES;

VI – quaisquer despesas relativas aos bens ou direitos integrantes do patrimônio do FUNDEPAR-ES;

VII – quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do FUNDEPAR-ES;

IX – taxa de custódia de títulos ou valores mobiliários do FUNDEPAR-ES;

X – despesas com desenvolvimento de sistemas, publicações legais, publicidade e outras despesas administrativas incorridas na gestão do FUNDEPAR-ES;

XI – outras despesas necessárias e de interesse do FUNDEPAR-ES.

CAPÍTULO VIII
NORMAS CONTÁBEIS E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 25. O FUNDEPAR-ES terá escrituração contábil destacada da relativa ao Banco Operador.

Parágrafo único. O exercício social do Fundo compreende o período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Art. 26. As informações a serem divulgadas, anualmente, pelo Banco Operador do FUNDEPAR-ES, compreendem:

I – Demonstrações Financeiras, composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados e do Fluxo de Caixa.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

II – Parecer do Auditor Independente.

Art. 27. Os demonstrativos contábeis seguirão as regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, no que couber.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28. Na alteração desse Regulamento deverão ser obrigatoriamente observados os direitos decorrentes de contratos firmados pelo FUNDEPAR-ES com terceiros.

Art. 29. As operações cujas condições estejam em desacordo com as disposições constantes no presente Regulamento deverão ser, obrigatoriamente, objeto de deliberação específica pelo Conselho Gestor do FUNDEPAR-ES. Os casos omissos serão decididos pelo Conselho Gestor, quando couber.

Art. 30. Fica eleito o foro da cidade de Vitória, Espírito Santo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser para quaisquer ações nos processos judiciais relativos ao FUNDEPAR-ES ou a questões decorrentes deste Regulamento.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma linha decorativa curva abaixo do nome.